



DIREITO CIVIL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO CIVIL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Hugo, um empresário residente na cidade de Pato Branco – PR, estava a caminho de seu trabalho no centro da cidade quando foi surpreendido por uma colisão em seu veículo. O acidente foi causado pelo veículo de Mariano, que estava dirigindo na contramão e aparentemente sob efeito de embriaguez, resultando em danos materiais estimados em R\$50.000,00. Após tentativas infrutíferas de um acordo extrajudicial, Hugo buscou a assistência de um advogado para entrar com uma ação indenizatória contra Mariano.

Na petição inicial, Hugo destacou o ato ilícito cometido pelo réu e anexou o boletim de ocorrência, bem como a negativa de Mariano em realizar o teste do bafômetro. Mariano, na contestação, refutou todas as alegações de Hugo e apresentou um vídeo que supostamente mostrava que seu veículo não estava na contramão no momento do acidente. Além disso, ele alegou que Hugo agia de má-fé ao buscar uma indenização sem motivo plausível.

O juiz, ao analisar as provas, julgou os pedidos de Hugo como improcedentes, e a ação teve trânsito em julgado. No entanto, um ano após o trânsito em julgado, Hugo descobriu que Mariano estava respondendo criminalmente por adulteração de vídeos e documentos para evitar suas responsabilidades legais. Ele também descobriu que o vídeo apresentado por Mariano no processo em que litigaram na 2ª Vara Cível de Pato Branco - PR tinha sido adulterado e que o vídeo verdadeiro estava agora em sua posse.

Diante dessa descoberta, Hugo procurou assistência legal para buscar seus direitos e pleitear a indenização pelos danos que sofreu no passado.

Na qualidade de advogado(a) de Hugo, apresente a medida judicial adequada para defender seus direitos.

(valor: 5,0)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Herculano foi até a loja da Samsung no shopping Vista Alegre e adquiriu um Galaxy S23. No entanto, ao chegar em casa, verificou o processador do celular e não ficou satisfeito. Por esse motivo, ele retornou à loja e expressou seu desejo de exercer seu direito de arrependimento dentro do prazo de 7 dias.

Entretanto, o gerente se recusou a efetuar a troca, alegando que a loja não poderia realizar a substituição do aparelho, uma vez que não apresentava nenhum defeito.

Diante do caso, responda:

- A) Assiste razão à pretensão pleiteada por Herculano sobre o direito de haver a troca do aparelho? (0,65)
- B) Se houvesse vício no aparelho e após o prazo de trinta dias para o reparo, o celular permanecesse com problema, o que Herculano poderá pleitear? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Marina, residente e domiciliada em Brasília, dirigiu-se ao Banco Engana Bem, localizado no centro da capital brasileira, para entregar sua joia como garantia a fim de solicitar um empréstimo. Antes da transferência da joia, o banco forneceu um contrato para que Marina assinasse, cujas cláusulas em destaque eram as seguintes:

I - o objeto seria entregue na data de 28 de setembro de 2023;

II - a instituição financeira não seria responsável por danos decorrentes de roubo, furto ou extravio do bem entregue como garantia no âmbito do contrato de penhor civil;

III - O foro escolhido pelas partes para resolver questões legais seria o de Porto Alegre - RS, com a renúncia a qualquer outro, mesmo que mais favorável.

Passadas 2 semanas, Marina soube que o Banco Engana Bem tinha sido roubado. Os ladrões levaram cerca de R\$1.000.000,00 em dinheiro, além dos objetos dados como garantia, incluindo o colar que Marina deixara como penhor. Assustada, Marina perguntou ao gerente o que seria feito, e foi informada de que o Banco não poderia tomar nenhuma ação devido a um evento imprevisível, mas que era obrigação de Marina reembolsar o valor utilizado no empréstimo, conforme previsto no contrato.

Preocupada com a situação, Marina entrou em contato com você.

Diante do caso, responda:

A) Assiste razão ao Banco em invocar a cláusula II do contrato para se eximir da responsabilidade, obrigando que Marina restitua o empréstimo? (0,65)

B) Se Marina ajuizar ação no foro do seu domicílio, o juízo poderá decretar de ofício sua incompetência? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Desde a infância, Lucas não se sente confortável com o corpo em que nasceu. Quando completou dezoito anos, ele conversou com seus pais e expressou o desejo de se identificar como mulher e ser chamado de Karina, um pedido que seus pais prontamente aceitaram. Karina começou a economizar dinheiro para realizar uma cirurgia, mas desde o momento em que revelou sua identidade de gênero para a família, ela sempre foi tratada com pronomes femininos.

Em um determinado dia, após concluir seus estudos em engenharia e antes de solicitar sua carteira do CREA, Karina foi ao cartório com o objetivo de alterar seu nome. No entanto, teve sua solicitação negada sob o argumento de que a mudança de nome e gênero deveria ser realizada por meio do sistema judicial. Em sua petição inicial, Karina enfatizou seu desejo de modificar seu nome de forma permanente, dado que sempre se identificou como uma mulher trans e se sentia desconfortável apresentando documentos com o nome Lucas.

No entanto, na sentença proferida, o juiz indeferiu o pedido com base no argumento de que a mudança de nome só seria possível após a realização da cirurgia, o que não é um requisito legal.

Diante do caso, responda:

- A) A fundamentação trazida pelo juízo está em conformidade com o entendimento jurídico atual? (0,60)
- B) Qual seria a medida processual adequada para combater tal decisão? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Rogério, uma criança de oito anos de idade, tem demonstrado comportamento isolado na escola, e quando seus colegas tentam se aproximar, ele exibe comportamento agressivo. A equipe escolar ficou preocupada com essa situação e procurou Jonas, o pai de Rogério, para relatar o comportamento da criança. No entanto, ao ver o pai, Rogério disse que não queria falar com ele, pois sentia que Jonas o havia abandonado e não gostava mais dele.

Jonas, preocupado com a situação, procurou um escritório de advocacia para buscar orientação legal. Ele explicou que o divórcio entre ele e sua ex-cônjuge foi conturbado, pois ela não aceitou o fim do relacionamento e havia ameaçado várias vezes tirar a própria vida e a da criança ou não permitir que Jonas se aproximasse do filho. Atualmente, a guarda de Rogério é unilateral em favor da mãe, e ela não permite que Jonas se aproxime do filho. Jonas está interessado em que Rogério receba tratamento psicológico e até pagou por uma psicóloga. No entanto, a mãe se recusou a levar a criança, alegando que ele não precisa de ajuda psicológica, pois não está "louco".

Diante dessa situação, Jonas decidiu entrar com uma ação de modificação da guarda unilateral para a guarda compartilhada com residência fixa em seu domicílio. Seu advogado destacou a urgência da situação com pedido de trâmite prioritário devido aos indícios de alienação parental e anexou documentos de reuniões escolares, bem como relatórios da psicopedagoga da escola como prova. No entanto, ao analisar a petição inicial, o juiz, em uma decisão interlocutória, negou o pedido de trâmite prioritário sob o argumento de que as varas de família já tinham muitos casos prioritários e que essa ação seguiria o fluxo normal das demais. Além disso, o juiz nomeou uma assistente social para realizar um laudo psicológico, pois não havia um psicólogo que atendesse pelo judiciário.

Sobre o caso, responda:

- A) A presente ação deverá ter trâmite prioritário em relação as demais ou assiste razão no argumento do juiz? (0,65)
- B) O laudo psicológico poderá ser feito pela assistente social na falta de psicólogo especializado? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

